

EXPOSIÇÃO INICIAL

1. Histórico institucional do curso

Apresentação Jaime Oliva

- O curso *Intérpretes do Brasil: Como pensar o Brasil Hoje*, resulta da própria história do IEB, que é uma instituição que possui acervos documentais, artísticos e bibliográficos que representam parte expressiva do pensamento sobre o Brasil e de sua cultura.
- De uma instituição que em razão do perfil de seus acervos e do seu perfil institucional que vem se estruturando procura se realizar como uma unidade de pesquisa e de ensino com experimentos e práticas interdisciplinares... um espaço acadêmico que faz interagir pesquisadores de diversas formações contribui para que as fronteiras disciplinares sejam atenuadas, favorece o trânsito de saberes e de trocas incomuns, o que permite praticar uma megateoria (identificação de pontos em comum entre as várias áreas) o que possibilita a emergência de *novos objetos de estudo*, que não imergiriam em âmbito disciplinar.
- Em suma, no IEB várias das suas condições conspiram para a interdisciplinaridade, situação que nos parece mais propícia para lidarmos com interpretações globais do Brasil.
- Esse curso também é um desdobramento de um projeto que se desenvolve no IEB denominado justamente Como Pensar o Brasil Hoje que recolhe por meio de entrevistas o pensamento de intelectuais, artistas, representantes da sociedade civil etc.
- O curso já está na sua terceira versão...

- Operacionalização do curso: o programa, a bibliografia, o calendário, a dinâmica das aulas, o Moodle etc.

2. Razões acadêmicas para o curso

- **Problemática:** o curso possui um título com uma indagação epistemológica. Como pensar o Brasil hoje? As respostas não passam apenas por uma tomada de posição epistemológica e sim pela discussão de quais posições epistemológicas podemos assumir no *contexto epistemológico atual*, que talvez não favoreça questionamentos desse tipo.
- **As grandes interpretações** do Brasil, aquelas das quais se parte quando queremos refletir sobre a nossa formação, se deram num contexto marcado por intelectuais públicos, de vozes com alguma autoridade junto à sociedade. E aí conta-se com o papel do Estado, inclusive, para incensá-los, pós 1930. As interpretações tinham (ou são recepcionadas como tendo) um caráter globalizante, que embora sejam mais ou menos reivindicadas pelos campos disciplinares atuais, de fato não se encaixam bem nas delimitações disciplinares que se desenvolveram posteriormente. Essas grandes interpretações do Brasil (Sérgio Buarque, Gilberto Freyre, Caio Prado Jr., Celso Furtado, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro etc.) respondiam, do ponto de vista teórico/epistemológico, sobre o *Como Pensar o Brasil* de acordo com seus contextos que também eram “contextos epistemológicos”. Em boa medida, as obras principais correspondiam a produções não-universitárias, longe, portanto, da vida universitária tal como a conhecemos hoje. Isso repercute no

estilo e nos conteúdos, como por exemplo, *na ousadia globalizante e ensaística*, assim como na relação, por vezes frouxas com as bases empíricas.

- Tendo em vista as profundas modificações que o país sofreu após essas grandes interpretações parece natural o enfrentamento do desafio de atualizá-las ou de fazer outras interpretações globais. Mas, não só o contexto histórico geral é outro, como o contexto epistemológico das ciências sociais e humanidades também é radicalmente distinto, sob vários aspectos. Maior pulverização das interpretações resultante de uma disciplinarização intensa, estudos acadêmicos mais restritos a públicos especializados e até um certo desprestígio da figura epistemológica *interpretação*, substituída por outra de maior prestígio científico que é a *análise* (originária das ciências naturais e exatas). A primeira figura convida às relações a segunda incita a decomposição dos objetos.
- O ensaísta americano Russel Jacoby em os *Últimos Intelectuais* lamenta o empobrecimento do pensamento crítico quando este é confinado nos ambientes universitários (saindo dos cafés nos espaços públicos e se instalando nas lanchonetes dos *campus* universitários isolados; do texto escrito para o público em geral para textos voltados apenas para os pares); lamenta a disciplinarização e suas disputas... Já o historiador Tony Judt faz a crítica no sentido inverso realçando que o brilho de muitos intelectuais públicos escondia uma relação com o mundo empírico frágil, relação essa melhor resolvida num mundo acadêmico que protagoniza uma pesquisa mais metódica, mais paciente etc. São dois lados a considerar quando se pensa na construção das interpretações...

- Será, então, possível então um pensamento global sobre o *Brasil, um retorno às grandes interpretações?*
- **Vamos ver isso mais de perto acompanhando alguns traços do pensamento sobre o Brasil nas disciplinas de ciências sociais (I):** supõe-se que num país com sistema universitário organizado, no qual há um exercício vasto das ciências sociais e das humanidades e com uma vida cultural relativamente estruturada em torno de um sistema midiático, que essa questão sobre Como Pensar o Brasil esteja sendo feita e respondida constantemente. *Não há nada óbvio nesse caso.* O Brasil é claramente um objeto de estudo direto na História e na Geografia (disciplinas mais ou menos transversais, que embora tenham enfoques diferentes, possuem algumas tentativas de narrativas globalizantes) e já não o é claramente nas outras ciências sociais, onde além da abordagem estritamente disciplinar a figura Brasil aparece com pano de fundo e de modo fragmentário. Por outro lado, as trocas do que é produzido em cada área são ínfimas. As fronteiras disciplinares e toda a cultura e institucionalidade reiterativa que daí decorre são eficientes no bloqueio do trânsito dos saberes, embora esses do ponto de vista empírico sejam robustos, sustentados por pesquisas meticolosas;
- **Traços do pensamento sobre o Brasil nas disciplinas de ciências sociais (II):** Além da interdisciplinaridade precária, soma-se as relações interculturais igualmente frágeis (relações entre a cultura universitária e a cultura dos sistemas externos e do mundo vivido, enfim com a realidade externa), o que também coloca problema nas abordagens das bases empíricas;
- **Traços do pensamento sobre o Brasil nas disciplinas de ciências sociais (III):** influências da epistemologia das ciências

da natureza na economia, na ciência política, principalmente, produzindo isolamento e dificuldades de relações com outras humanidades; um status por demais elevado da economia, produtora de um economicismo problemático para a vida política e social do país, economicismo excessivamente tecnificado, mas vinculado ao prestígio das ciências da natureza (ciências duras) tidas como cognitivamente superiores.

- **Traços do pensamento sobre o Brasil nas disciplinas de ciências sociais (IV):** pensando no peso social do intelectual no Brasil, vindo desse quadro disciplinar e universitário, há uma alteração no peso relativo das duas características típicas de intelectuais, segundo uma denominação célebre – os ideólogos (os que trabalham princípios) e os *experts* (especialistas que fornecem conhecimentos técnicos). O sociólogo Marco Aurélio Nogueira afirma que “os especialistas proliferam aos borbotões, colados à lógica da racionalização instrumental que nos domina. Tendem a empurrar para os bastidores os ideólogos, a estigmatizá-los como dinossauros sobretudo quando associados a qualquer perspectiva antissistêmica”; quando esses insistem no ensaísmo rebelde, quando não se submetem às rotinas institucionais, não aceitam divisões rígidas e insistem em “interpretações globais” tidas como anticientíficas...
- **Logo, a possibilidade de retomada de interpretações sobre o Brasil encontra lá suas hostilidades pela frente...** A pesquisa universitária formal e atual, em todas as áreas, inibe posturas mais “criativas” e “interpretativas”, inibe posturas interdisciplinares e termina que seu produto é tão múltiplo e disperso, que a questão de *Como Pensar o Brasil Hoje* talvez não tenha, logicamente, como prosperar. Aqui não se trata de uma oposição entre

pensadores brilhantes de uma dada geração (o que eles realmente eram) com pensadores menos capazes (temos pensadores capazes), mas sim uma mudança estrutural na própria forma de se produzir o conhecimento das ciências sociais e humanidades.

- **E é bom sempre ressaltar:** A ARQUITETURA INSTITUCIONAL DOS SABERES, O MODO COMO AS ÁREAS SÃO CRIADAS E DISCIPLINADAS (INSTITUCIONALIZADAS) E CULTIVADAS AFETA A SUBSTÂNCIA DO QUE FAZEM, AFETA A SUBSTÂNCIA DA PRÓPRIA CONSTRUÇÃO DE OBJETOS DE ESTUDO, TANTO QUE NO QUADRO ATUAL O TEMA BRASIL É TRANSFORMADO OU MESMO DESAPARECE.
- **A questão da interdisciplinaridade** aparece para nós como uma discussão necessária para questionar nosso contexto epistemológico... pode ser o caminho contemporâneo para a recuperação de um pensamento global que não produza a mutilação dos contextos que a disciplinarização instrumental e sistêmica pode provocar.

3. COMO PENSAR O BRASIL

- **Primeiros comentários sobre o Brasil:** sempre que se retoma essa discussão (no sentido de buscar narrativas mais ou menos globalizantes) é bom notar que na perspectiva do presente estão sempre acumulados novos elementos factuais, interpretantes e críticos em relação às narrativas interpretativas anteriores; assim os "intérpretes" atuais estão, nesse sentido, em vantagem, na

medida que o presente traz demonstrações de "acertos" e " de erros". Somos mais velhos...

- **Dados surpreendentes do presente que devem ser refletidos em relação às interpretações, mesmo que as mais recentes sejam mais fragmentadas:** um caso curioso do caráter surpreendente pelo menos para boa parte dos profissionais da área, e para o pensamento mais a esquerda do cenário brasileiro atual. No livro *Brasil: Uma Biografia* das professoras Lilia Schwarcz e Heloísa Starling, a conclusão é que o Brasil havia, afinal, consolidado sua democracia. Agora vai sair uma nova edição revendo essa conclusão (mas, será que não terá que ser revisto o que levou a essa conclusão), afinal, segundo entrevista, de uma das autoras o que se vê agora é uma resistência e atualização do autoritarismo nas relações políticas e sociais, se afinando com interpretações que identificam o nosso autoritarismo como o normal do país, e como se os influxos democráticos fossem apenas perturbações conjunturais desse "normal resiliente". É claro que essa é uma leitura do que está acontecendo, afinal os que estão com o poder e a iniciativa dizem que a democracia está agora mais do que nunca se consolidando e não fariam uma segunda edição do livro.
- **Dados surpreendentes (II):** Seja crise da democracia, como parece ser fácil de demonstrar, ou não, uma surpresa indiscutível é a da instabilidade política profunda que se instalou no país, não prevista por ninguém... no país onde as instituições são afirmadas como sempre funcionando. Instabilidade que tende a se agravar, porque ninguém vai e pode recuar nesse contexto.

Também surpreende o protagonismo de corporações do estado, a polícia judicial, o ministério público e o judiciário propriamente - operadores ativos e incomuns da vida política, da vida social em associação notória com o sistema midiático. Quem pensou a política no Brasil tendo em conta esses atores?

(A questão aqui não é prever e não ser surpreendido por acontecimentos, por fatos. A predictibilidade não é uma das possibilidades das ciências sociais e nem o melhor que ela pode fazer. A predictibilidade é uma dimensão cognitiva das ciências da natureza, na medida em que sua dinâmica é um “mecanismo”... A questão é que a caracterização do contexto em que estávamos nos parece agora tão insuficiente, tão equivocada... tínhamos imagens mutiladas do nosso contexto. O exemplo do ativismo judicial e o peso extraordinário que ele adquiriu no quadro político, mesmo sendo um agente não diretamente político é esclarecedor. Os juristas críticos há muito denunciam a um bom tempo um empoderamento exagerado e perigoso do sistema judicial. Isso para além dos abusos cotidianos em relação aos segmentos historicamente oprimidos da nossa sociedade. No entanto, isso era um “contexto jurídico”, desconhecido por aqueles que pensam a dinâmica social sob outros contextos parciais. Desse modo o contexto maior e real, referência para as interpretações das diversas dimensões da dinâmica social, não era percebido)

Também surpreende, mas é algo que já vinha, mas que se revelou bem ousado pelo desembaraço tecnicista que substitui a imperfeição da política: o olhar economicista, operador implacável quando as oportunidades se abriam, sem nenhuma consideração

de outra ordem, sem questionamento da legitimidade, sem o desejo de debates públicos.

Um risco grave de dissolução (dissociação?) social, com o acirramento dos embates ideológicos sem espaços públicos mediadores, contando com o papel do sistema midiático na divisão/ruptura social, algo além dos conflitos de classe (conflitos regionais, conflitos entre culturas humanistas e culturas instrumentais, por exemplo).

- **Um pano de fundo talvez seja a** captura problemática do ambiente cultural (do mundo vivido) pelo "sistemas do complexo sociocultural" (midiático, pedagógico e científico), "um Brasil à margem dissociado", "um sistema cultural que não integra a diversidade, ao contrário a nega, logo desintegrador"; "um sistema cultural que desprestigia as humanidades e as ciências humanas" - no sistema universitário, no sistema de ensino, como o caso do movimento "Escola sem partido".
- **Algumas especulações sobre a instabilidade política e social:** crise da democracia, da política democrática, ou fragilização de sua influência num quadro social e político que é estruturalmente autoritário; crise do sistema político de poder; crise do sistema representativo, de uma política dominada pela "razão estratégica", tanto por parte da direita quanto da esquerda (afinal, a política vista pela esquerda é acumulação de forças das classes subalternas o que não passa quase nunca pela ação política democrática, argumentativa, de conquista pela ação política franca); a integração conflituosa de novas problemáticas e de novos atores nos discursos, nas lutas políticas convencionais e nos movimentos sociais (convencionais e de novas formas) - as lutas emancipatórias vinculadas às questões de gênero, do

racismo, de identidades individuais diversas e talvez, também, a questão ambiental, buscando lugar protagonista nas narrativas sociais e com isso instabilizando a vida social visto o momento ideológico que favorece os conservadores, que parecem dispostos a tudo.

- **Caminhos para as reinterpretações:** diante do presente surpreendente, quem sabe pelo seu caráter chocante, surja um momento profícuo em termos epistemológicos para a reinterpretação do Brasil já que novos temas e novos atores estão ressaltados (e talvez, em outras circunstâncias, certas questões e atores estivessem fora da alça de mira das interpretações, como as corporações do Estado e suas ideologias), daí que propomos para além das questões epistemológicas novos e relevantes intérpretes do presente acadêmicos e não acadêmicos; intérpretes que são mais ou menos herdeiros de uma tradição e outros que fazem a crítica do canônico, que buscam sanar carências das interpretações anteriores etc; Daí que além da busca de novas interpretações no curso vamos identificar e problematizar o que o presente obriga incluir nas interpretações; temas, novas abordagens etc.
- **TRANSFORMAÇÃO DAS REALIDADES SOCIAIS X MUDANÇAS DAS PRÁTICAS COGNITIVAS: (I)** O Brasil atual é uma realidade empírica distinta da que dominava as décadas de 1950/1960, período no qual houve uma ruptura democrática (1964). Não são tantos anos assim, mas as grandezas são contrastantes. POPULAÇÃO BRASILEIRA EM 1954 – 61 MILHÕES, EM 1970 - 90 MILHÕES ATUALMENTE 208 MILHÕES, TRANSIÇÃO DE UM PAÍS RURAL PARA UM PAÍS URBANO.

- Para contrastar mais detalhadamente as grandezas usemos dados do sistema político, mais propriamente eleitoral. Esse é um aspecto da vida nacional do qual se pode deduzir outras mudanças. Em 1962 o eleitorado brasileiro somava **18.522.260** eleitores, em 2010 **135.604.041**

<i>Crescimento (%) do eleitorado brasileiro por região</i>		
	1962 (*)	2010
Sudeste	51	72
Sul	26	72,9
Centro-Oeste	24	71
Norte	23	62
Nordeste	21	69

(*) Em 1962 a divisão regional não era assim (essa é de 1970), mas é possível traduzir os dados da divisão anterior para a atual.

Em 1962 a única região que tinha quase toda a população adulta votando era o Sudeste. Essa inclusão de percentuais maiores da população de cada região no quadro eleitoral expressa: 1. Crescimento e outras transformações demográficas, 2. Maior inclusão de eleitorado feminino, 3. De analfabetos, 4. Maior inclusão de áreas afastadas e rurais das regiões no quadro brasileiro, 5. Urbanização com tudo o que ela implica. Trata-se de um avanço na construção nacional (essa é uma afirmação neutra, mas as consequências não o são). Maior integração nacional significa "interiorização" da "modernização" econômica e social, aumento das relações sociais no conjunto nacional, um aumento dos vínculos de dependência, maior sensação de pertencimento, etc.

- **Transformação das realidades sociais x mudanças das práticas cognitivas (II):** é difícil chegar a consensos sobre quais

foram as principais mudanças na realidade brasileira, *mas qual o nível de acordo sobre as melhores maneiras, tanto em termos práticos como teóricos para dar sentido a esse Brasil em transformação?* Afinal o Brasil é uma realidade social que foi ganhando complexidade (no sentido de mais interconexão, mais interdependência entre elementos), com processos que vão cada vez mais se expandindo e ganhando escala, inclusive territorial, agregando e integrando, de algum modo, grupos sociais mais extensos, e com isso produzindo novos mundos, novas solidariedades e também novos conflitos. Uma realidade assim para ser INTERPRETADA, exigiria apenas atualizações empíricas, uma apreensão geral do que mudou, do que cresceu, do que avançou? Algo assim, não é feito, necessariamente, por todas as disciplinas das ciências sociais que entram em contato com diversos aspectos da realidade brasileira contemporânea? Essas atualizações empíricas e a ampliação exponencial dos estudos trouxeram com elas mudanças nas *formas de se PENSAR O BRASIL?* Ou de outro modo: mesmo que não tenha se agregado novas formas de se pensar, essas mudanças, tal sua magnitude, não obrigariam renovações, novas aquisições no campo do pensamento, das teorias? Afinal, há abordagens teóricas ainda muito praticadas e de prestígio que já existiam e circulavam no Brasil antes dessa mudança expressiva de perfil do país. É comum nos referirmos na atualidade de pensadores e de obras de outro período (o caso dos canônicos intérpretes do Brasil é exemplar); é comum empregarmos matrizes teóricas - sem mudanças significativas - formuladas há mais de 100 anos nos quadros sociais atuais. Mudanças empíricas das realidades, sem mudanças de substância justificariam a permanência de leituras

teóricas (o problema é a leitura teórica que nunca vê mudanças de substância). Um exemplo é própria crise que vivemos agora. Todos concordam que há uma crise (uma grande instabilidade), mas há quem enxergue certa normalidade nesse quadro, afinal a crise seria a substância e não uma anomalia do capitalismo. Com essa abordagem, muitos proclamam a proeminência das continuidades com o passado, *que quanto mais muda mais fica a mesma coisa*. Deste ponto de vista, a forma de se produzir os estudos não é essencialmente defeituosa, e não necessita ser modificada em termos radicais e sim, simplesmente atualizada. Mas, voltando. As transformações teriam sido radicais o suficiente para tornar relativamente inúteis alguns dos marcos tradicionais de interpretação do Brasil? Se positivo teríamos que adotar e desenvolver novas teorias, novos conceitos a fim de conhecer e interpretar um Brasil radicalmente transformado. *O que permanece, o que é novo em termos substanciais e exige mudanças no pensamento?*

- **Dificuldades para responder:** ambas as perspectivas estão provavelmente corretas nalguma medida (e isso precisa ser bem modulado). É comum dizer-se que: talvez, ainda seja cedo para concluir sobre a radicalidade das transformações no Brasil, inclusive considerando o que acontece atualmente (a crise). Vivemos uma mudança estrutural de peso ou um pequeno giro da mesma e velha história que nos formou e nos orienta ainda hoje? Os acontecimentos atuais que se precipitam velozmente, e que parecem comandados e orientados por forças e dinâmicas intangíveis e refratárias a qualquer resistência, numa sem cerimônia e desfaçatez histórica incríveis, podem levar alguns a desacreditar os modos de se PENSAR O BRASIL anteriormente,

mas, ao contrário, podem mostrar que estamos apenas atualizando narrativas pretéritas.

- **Questionar COMO PENSAR O BRASIL HOJE é produtivo?** O caráter surpreendente da crise, que não se deixava vislumbrar antes (*só a posteriori*), a perplexidade reinante, as incertezas, o desmonte do que estava razoavelmente estabelecido, obriga a saber se precisamos saber *Como Pensar o Brasil Hoje*. No mínimo fazer esse questionamento. E isso é muito produtivo: seria a crise brasileira atual, também uma crise do pensamento?

4. Como PENSAR O BRASIL HOJE? (A crise)

- **A crise (I):** A crise parece estar encerrando um período (a *redemocratização*), que era percebido, mesmo que de forma bastante crítica, diversa e principalmente difusa, como *UMA EVOLUÇÃO* em relação ao período ditatorial. Não é difícil se admitir que a insuficiência dessa redemocratização (em vários planos) tenha levado à crise. E aí se clamaria por ajustes, aprofundamentos etc. Mas, a crise é marcada pela tomada do poder político por **ATORES POLÍTICOS MAIS OU MENOS INUSITADOS**, além de alguns tradicionais, com uma base social assemelhada ao que chamamos de elites conservadoras, classes médias conservadoras. E o que esses atores negam não são as limitações, as insuficiências, as deformações aqui e ali, nega-se praticamente todo o **ARRANJO INSTITUCIONAL ANTERIOR DA REDEMOCRATIZAÇÃO**. A começar pela própria Constituição Nacional no que ela tem de substancial: seu caráter construtivo e

dirigista no que diz respeito ao seu cardápio de direitos individuais e sociais. E, atores ungidos nas próprias instituições do Estado e da sociedade civil (sistema midiático) se rebelam e participando da vida política diretamente, criminalizam o que a redemocratização teria gerado. Negação do período da democratização e não reticências. E o que se propõe? Muitos percebem o que está se construindo e desenhado como um futuro marcado de regressões. Seria o retorno do que havia sido escoado e reformado. Voltou tudo. Faz-nos pensar numa famosa blague de Millor Fernandes, “o Brasil tem ainda muito passado pela frente”.

- **A crise (II):** léguas e léguas de textos escritos em relação à essa crise, buscam interpretá-la correndo o risco de sermos iludidos PELO EXCESSO DE CONJUNTURA. Seria preciso um recuo, para termos uma ideia melhor do sentido dos acontecimentos etc. Mas, essa conjuntura já pode ser percebida em alguns aspectos:
 1. Ela não parece ser apenas um ponto fora da curva de certa ordem (que sabemos ter muitos elementos perversos), de uma certa paz social e de uma estabilidade institucional, mas sim uma devoradora dessa mesma dessa paz e uma produtora avassaladora de transformações institucionais e da forma mais questionável. Transformadora de uma ordem institucional que afinal operou precariamente, ficando muito longe de instituir o que seus “inimigos” apregoam e o que seus defensores propagam;
 2. A conjuntura é sufocante, as mudanças são aceleradas, mas concatenadas de forma coerente e de forma abrangente, por isso parecem programadas e estavam à espera de oportunidades para serem implementadas;
 3. Programadas como? Vamos explorar 2 possibilidades:

1. Emanam de características estruturais do país, de um país cujo passado não passa, aí os intérpretes clássicos podem contribuir para voltarmos às estruturas de nossa formação; aí podemos também considerar Jessé Sousa (*A ralé brasileira; A tolice da Inteligência brasileira*) que argumenta que parte dessas interpretações canônicas, são elas próprias parte da blindagem ideológica dos elementos estruturais que tem essa resiliência toda e se manifestam agora de forma perversa na conjuntura contemporânea. Aí teríamos também que pensar nas linhas de continuidade ou convergência entre a onda neoliberal com nossa formação sem cair em anacronismos: o antissocial, o autoritarismo da ideologia economicista se harmoniza de forma feliz com nosso brutal passado. Lembrar o que Margareth Thatcher dizia que sociedade não existe numa entrevista de 1987, quando suas políticas estavam sendo criticadas.

25 “Eu acho que nós já passamos do período no qual várias pessoas entendiam que, se elas têm problemas, é função — responsabilidade — do governo lidar com eles. ‘Eu tenho um problema, eu vou conseguir uma bolsa — uma ajuda’. ‘Eu sou sem-teto, o governo deve me abrigar’. Elas estão lançando seus problemas à sociedade. E, você sabe, não existe coisa alguma como essa tal sociedade. Há homens e mulheres individuais, e há famílias. E nenhum governo pode fazer nada a não ser através das pessoas, e as pessoas devem primeiro olhar para si mesmas. É nosso dever olhar antes para nós mesmos e, então, também olhar nosso vizinho. As pessoas têm direitos demais em mente, sem obrigações. Não há tal coisa como direito, a menos que alguém tenha primeiro cumprido uma obrigação.” (N. do T.)

2. De uma visão, de uma narrativa hegemônica e técnica que se impõe no futuro, que estaria latente... “a lógica da economia capitalista”, dos sistemas que colonizam nossos mundos vividos (Habermas), que seriam marcados por irracionalidades, e que estava sufocada no país por POLÍTICOS POPULISTAS e forças atrasadas e que agora

podem aproveitar esse portal que se abriu e trazer seu pacote completo, de uma vez. O pacote é tão conhecido, tão bem desenhado, tão óbvio, que só podia estar pronto antes. O CURIOSO É QUE AS REFORMAS AGORA IMPOSTAS, FORAM TENTADAS PELO FHC, GOVERNO ELEITO. RESISTÊNCIAS FORAM FORTES. AGORA NÃO. OS RESISTENTES ESTÃO CRIMINALIZADOS. UM GOVERNO ILEGÍTIMO MANDA VER COM TRANQUILIDADE. É UMA FORÇA QUE VEM DE OUTRA FONTE. É bom lembrar que a crítica aos sistemas técnicos (Adorno, Habermas) identifica-os como desprovidos de valores, pois sob a razão instrumental (razão estratégica) dos sistemas o pensamento técnico apresenta-se como superior ao pensamento político, ao pensamento ideológico/cultural. A técnica, a razão instrumental é um valor autônomo e superior. Nesse quadro, encaixa-se bem o economicismo, o apogeu de um pensamento técnico que não negocia com o mundo vivido. As reformas econômicas (de extração economicista) têm direção, são um projeto desenhado nas próprias escolas de economia do exterior e daqui. É comum economistas defensores da reforma da previdência dizerem que: A REFORMA É NECESSÁRIA, NÃO É UMA QUESTÃO POLÍTICA, NEM É UMA QUESTÃO IDEOLÓGICA, É UMA QUESTÃO TÉCNICA. Portanto, pode ser alheia às vontades políticas, às representações ideológicas (vistas por eles como irracionais). Daí a “sem cerimônia” com a qual os economistas defendem reformas desse calibre (que afetam direitos, mas direitos não são elementos presentes na razão instrumental) num momento

de crise de legitimidade do governo, do congresso etc. Na verdade, e isso tem sido dito, essa falta de legitimidade democrática, libera o pensamento técnico de qualquer constrangimento. Esse pensamento técnico é... ideológico (*Habermas. Ciência e Técnica como ideologia*) e se sustenta numa presumida eficiência técnica que organizaria os mundos sociais de forma racional, mas que simplifica esses mundos e enfraquece a própria ciência econômica (questão super tematizada onde há debate econômico de verdade, ver por exemplo *Sobre Ética e Economia de Amartya Sen* e vários outros que criticam o achatamento da complexidade social perpetrada pelo economicismo). No caso brasileiro, a própria questão da eficiência está perturbada pelo forte teor ideológico desse pensamento técnico. A aplicação cega da ideologia técnica (neoliberal, antissocial) dissolve um conjunto enorme de projetos econômicos que estava polarizado pelo Estado. Uma recuperação econômica, mesmo do ponto de vista desse pensamento técnico exige um reordenamento que pela lógica não pode ser a curto prazo (se não é o Estado, será o mercado, mas esse mercado existe como substituição imediata, não, não existe, é preciso prazo para ele ser construído). O tempo, no caso, não é cúmplice dessas reformas. Mas elas estão sendo feitas, pois é preciso aproveitar o “portal que se abriu”. É incrível como o economicismo faz da recuperação um conceito sem substância, que não seja sua própria ideologia, forjada pelo pensamento técnico e pela visão social simplificadora. Então, NÃO SÃO REFORMAS PARA A RECUPERAÇÃO, A REFORMA JÁ É A RECUPERAÇÃO.

NÃO É PRECISO ESPERAR O EFEITO, A AÇÃO JÁ É O EFEITO. Daqui um pouco o Brasil será melhor não porque a reforma da previdência e a reforma trabalhista deram frutos positivos, mas porque elas foram feitas. *“Belluzzo voltou a criticar a repetição dos conceitos macroeconômicos por economistas e as citações intermináveis desses conceitos pela mídia, “O que chamamos de macroeconomia é de um nível de abstração e incapacidade de se comunicar com o mundo concreto que é assustador.” Segundo ele, alguns autores consideram que a macroeconomia “virou uma forma de controle da sociedade, e não (serve para) explicá-la. ”*

Podemos aqui incluir uma outra ordem técnica do estado: Outro aspecto da crise: já que afirmamos que a crise (e os novos poderosos que ela instituiu), parece negar quase toda a herança do período da redemocratização, uma questão chave para considerar no Como Pensar o Brasil Hoje é A QUESTÃO DEMOCRÁTICA e a QUESTÃO POLÍTICA. O desentendimento é tão radical, que as tênues formas de integração que temos estão em risco. A crise revela a ausência de enraizamento dos valores democráticos difusos, com muitos defensores retóricos desses valores esgrimindo... contra esses valores. A ordem política anterior foi alterada com o protagonismo de atores não diretamente políticos (como o foram os militares anteriormente e que agora estão de stand by rosnando eventualmente), que não só assediaram (depondo, chantageando) as forças políticas instaladas, como mobilizaram parte expressiva da população que terminou lhes dando respaldo e... se enfurecendo, e demonizando,

negando mesmo cidadania a quem não aderiu a isso. Esses novos protagonistas visto como civilizados, pois produzidos por dimensões estruturadoras do mundo moderno: o sistema midiático e seus operadores (democracia social, liberdades de expressão e opinião); o sistema jurídico e seus operadores (também ligado à democracia social – a ideia de justiça, de direitos), entraram em contradição direta com o sistema político democrático que foi submetido nesse processo, que apesar de seus problemas seria “algum canal” de participação democrática... O que resta, e a crise deixa perceber (não existe nesse caso) risco de se enganar “pelo excesso de conjuntura” que os pautadores das reformas estão entre esses novos protagonistas: editoriais prescritivos da imprensa e sua adoção por um congresso mais ou menos submetido, são exemplos.

- É claro que essas duas possibilidades tratadas, podem ser mais ou menos assimiladas à narrativa da expansão, da dominação no estágio atual do capitalismo global. Seria uma macrohistória desse macrossistema operando (pode-se discutir a posteriori), mas discutir como *pensar o Brasil hoje* a partir de uma avaliação do que acontece com o sistema capitalista, ou a crise brasileira apenas como uma emanção do sistema global e dos interesses nele encarnados, não nos parece tão elucidativo. Dá uma certa sensação de explicação sobre os terremotos, são placas tectônicas em movimento, nada se pode fazer, só diagnosticar... macroestruturas intangíveis em movimento...

5. Nesse quadro de transformações de curso longo (a modernização brasileira) e de curso acelerado (a crise) o que deve ser agregado no COMO PENSAR O BRASIL HOJE.

- O curso pretende ser um espaço para uma construção coletiva disso. Novos pensadores, novos pontos de vista, dimensões da realidade insuficientemente exploradas, dimensões marginalizadas em relação ao centro das discussões vistas como relevantes, devem se agregar na tentativa de produção de uma narrativa produtiva e globalizante dessa figura social denominada Brasil. Mas, não se trata apenas de cobrir lacunas em relação às interpretações anteriores (o que também é preciso) Tem que ser mais que isso.